

A BIBLIOTECA DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ: seu papel na democratização e no acesso da informação jurídica¹

Erik André de Nazaré Pires*

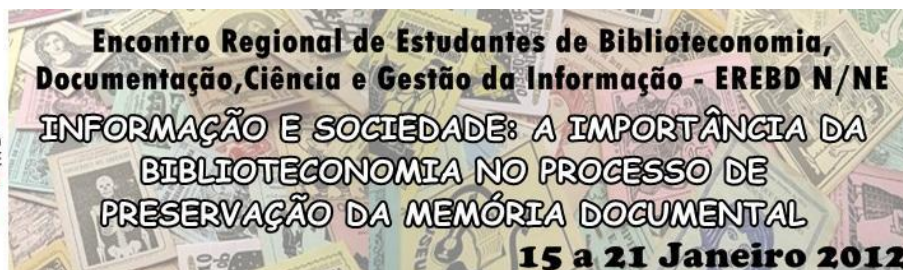
Resumo

Trata da importância da Biblioteca da Procuradoria da República integrante do Ministério Público Federal no Estado do Pará, evidenciando o seu papel democrático de acesso a informação no segmento jurídico no que se refere a essa Unidade de Informação (U.I.) na contemporaneidade. Tem como objetivo geral mostrar a influência dessa biblioteca para a sociedade paraense, relatando o seu grau de relevância ao acesso democratizado da informação nos dias correntes e visualizar como a mesma oferece um leque de oportunidades na obtenção de informações jurídicas relevantes para os usuários terem subsídios na realização de suas pesquisas, tendo como o bibliotecário jurídico um mediador entre os consulentes da informação no ramo do direito. A problematização consiste em não existir uma literatura consistente a respeito dessa U.I. e com isso proporcionando como motivação o anseio de aportar conhecimentos a respeito dessa biblioteca. O procedimento metodológico é caracterizado por meio de uma pesquisa teórico-exploratória, com o propósito de embasar a fundamentação teórica para subsidiar a produção do trabalho. Os resultados apresentam que a evolução, principalmente de cunho tecnológico da biblioteca no sentido de oferecer serviços e produtos com qualidade aos seus consulentes, com o intuito propiciar aos mesmos fontes de informações atualizadas no que diz respeito à legislação, doutrina e jurisprudência, principais fontes de informação na área jurídica e assinaturas de periódicos relevantes para esse campo profissional, juntamente com o auxílio das Tecnologias da Informação e Comunicação para satisfazerem informacionalmente os seus consulentes de modo eficiente e prático.

Palavras-chave: Procuradoria da República – Pará. Ministério Público Federal – Pará. Tecnologias da Informação e Comunicação. Bibliotecário Jurídico.

¹ Comunicação Oral apresentada ao GT 1 – Informação e Memória

* Universidade Federal do Pará. Graduando em Biblioteconomia. Estagiário da Biblioteca da Procuradoria da República no Estado do Pará. erikpires23@yahoo.com.br.



1 INTRODUÇÃO

A biblioteca em torno da sua longínqua história perante a humanidade, tem um dos seus insumos principais fornecer uma gama imensa de informações aos seus mais diversos tipos de usuários para que os mesmos possam ter a possibilidade de gerar mais conhecimento, e conseqüentemente contribuir de forma consistente para produção de um número expressivo de informações com o objetivo de fornecer a Unidade de Informação (UI) uma ampliação considerável de seu acervo e contribuição científica para a sociedade.

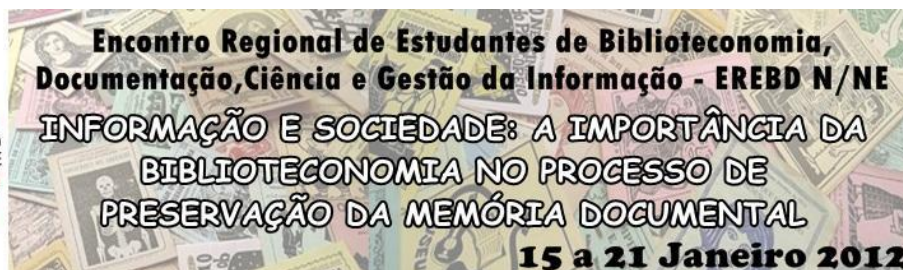
Dessa forma, a Procuradoria da República no Pará (PRPA) demonstra que em todos os seus departamentos trabalha de forma eficiente para o atendimento satisfatória da sociedade, pois, as suas missões se constituem de: fiscal da lei e defesa da sociedade, de forma íntegra e determinada, e a biblioteca desenvolve um importante papel no desempenho de suas atribuições em virtude de atender com proficiência o que está registrado na Constituição que diz respeito o direito a informação a todo cidadão, sem qualquer restrição.

O trabalho tem como objetivo geral mostrar a influência da referida UI para a sociedade paraense, relatando o seu grau de relevância para o acesso democrático à informação nos dias atuais e como a mesma oferece um leque de oportunidades na obtenção de informações jurídicas consideráveis para os usuários terem subsídios para a realização de suas pesquisas, tendo como o bibliotecário jurídico um mediador entre a informação jurídica e os consultantes.

Os objetivos específicos constituem em: ilustrar os serviços, projetos e produtos oferecidos para a comunidade componente da PRPA que é composta por: servidores, estagiários, técnicos administrativos e procuradores da república e colaborar quanto ao quesito marketing para dar visibilidade à biblioteca por meio desse trabalho acadêmico.

O problema da pesquisa consiste em não haver uma literatura consistente a respeito da UI jurídica em estudo, sendo, portanto difícil de encontrar informações a respeito da mesma. A pesquisa foi motivada pelo anseio de aportar conhecimentos a respeito dessa biblioteca.

Os procedimentos metodológicos são caracterizados através de uma pesquisa teórico-exploratória, a respeito da biblioteca e com o auxílio de autores que tratam sobre a temática em questão, com o propósito de embasar com fundamentação teórica para subsidiar a



produção do trabalho. Para isso utilizou-se materiais como: livros, artigos de periódicos e outros componentes informativos para a elaboração da pesquisa.

O trabalho está dividido em outros quatro segmentos, sendo que o segundo tópico aborda o papel da biblioteca no seu contexto social, o terceiro faz referência ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), no melhoramento da prestação de serviços, a quarta seção trata os serviços, projeto e serviços oferecidos pela UI jurídica aos seus consulentes, e o quinto tópico traz as considerações finais.

2 A BIBLIOTECA DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ

A biblioteca da PRPA tem suas atividades voltadas para o suporte às atividades fim do órgão, no qual, vincula-se a um interesse maior. A mesma representa o Ministério Público Federal (MPF), que por sua vez faz parte do Ministério Público da União (MPU) que é uma ramificação do Ministério Público (MP).

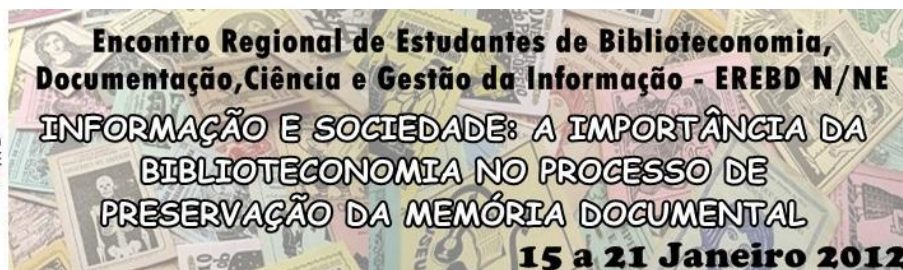
Vê-se no artigo 128 da Constituição Federal (1988) que o MP abrange:

- I – o Ministério Público da União, que compreende:
 - a) o Ministério Público Federal;
 - b) o Ministério Público do Trabalho;
 - c) o Ministério Público Militar;
 - d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
- II – os Ministérios Públicos dos Estados. (BRASIL, 2009, p. 114-115).

Na sua conjectura, “o Ministério Público vem ocupando lugar cada vez mais destacado na organização do Estado, dado o alargamento de suas funções de proteção de direitos indisponíveis e de interesse coletivo”. (SILVA, 2007, p. 597), com o intuito de levar justiça para a comunidade no seu âmbito generalista.

De acordo com Silva (2007, p. 598), a própria Constituição de 1988 confere ao MP “o relevo de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, dado a relevância de tal instituição, alguns autores defendem a tese de que o MP configura como um quarto poder do Estado.

Na página inicial da PRPA, disponível na internet, no link institucional de atuação, encontra-se que:



A Procuradoria da República no Pará é a instância do Ministério Público Federal onde atuam os procuradores da República perante a Justiça Federal de primeiro grau no Estado. Sediada na capital, Belém, também tem unidades descentralizadas nos municípios paraenses onde há Vara Federal, sendo que as Procuradorias da República Municipais localizam-se em Altamira, Marabá e Santarém. (BRASIL, [2010a], não paginado).

Segue enfatizando que de acordo com as atribuições do órgão “os procuradores podem tanto defender os cidadãos contra eventuais abusos e omissões do Poder Público quanto defender o patrimônio público contra ataques de particulares de má-fé.” (BRASIL, [2010a], não paginado), fazendo com que o seu insumo para a população seja efetuado de maneira enfatizada e realizada de maneira condizente exercendo a plenitude da justiça.

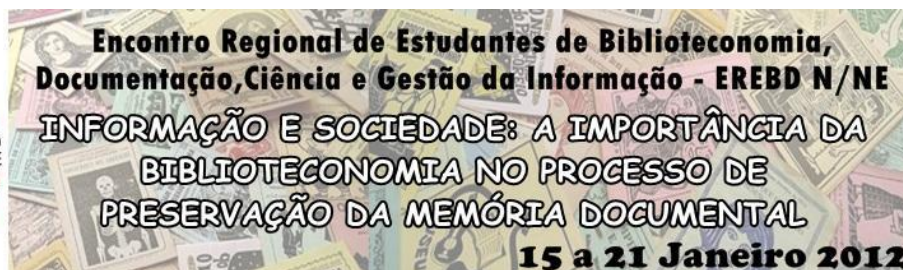
Com o intuito de proporcionar conteúdo informacional aos seus usuários, para os mesmos poderem absolver e conseqüentemente produzir mais conhecimento e sendo esse ciclo constantemente sendo realizadas, as bibliotecas tem importante missão na sociedade, proporcionando a devida facilitação à informação, independente do suporte onde está armazenado.

Pensando na informação jurídica que segundo Oliveira (2006, não paginado):

Trata de conteúdos especializados e sob a ética do seu gerenciamento, esta tem a responsabilidade de nortear as decisões dos magistrados e demais serventuários, nos processos e atividades jurisdicionais, a fim de prestar serviços de informação com a maior especificidade e eficiência possível.

Fazendo uma união com a democracia informacional, do inglês *information democracy* que consiste no “paradigma relativo ao consumidor de informação: disponibilidade e acessibilidade à informação necessária, no local certo e no momento exato” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 117), no século XXI esse modelo fica bem evidente na necessidade de informação surgindo a todo momento e o bibliotecário precisa recuperar com qualidade e de modo ágil para atender os seus usuários de forma adequada.

Fazendo assim seu papel perante a lei que é fornecer informações sem qualquer tipo de restrições, pois, todos têm direito a essa matéria-prima tão importante para a sociedade vigente no qual estamos inseridos, com o máximo de competência e qualidade.



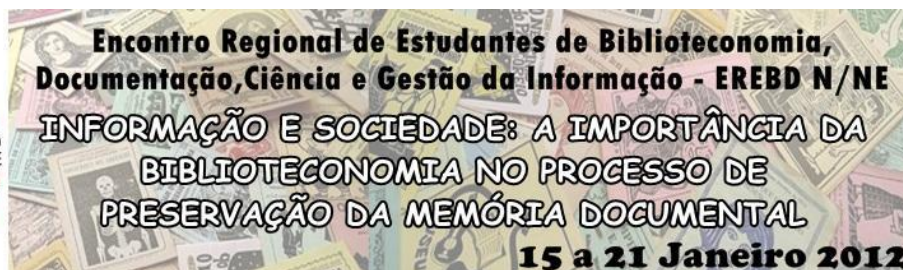
A informação jurídica é entendida como:

[...] toda a unidade de conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações de pensamento de jurisconsultos, tratadistas, escritores jurídicos, advogados, legisladores, desembargadores, juízes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais. (PASSOS, 1994, p. 363).

Como em qualquer área do conhecimento, as Ciências Jurídicas, representadas pelo Direito apresenta um universo de fontes de pesquisas aos seus mais diversos usuários. A sua fonte principal é a Lei que compõe a Legislação que segundo Abreu e Sandoval (1991, p. 15) “é o conjunto de diplomas legais ou disposições emanadas de autoridades em seus diversos níveis de atuação, seguida das fontes secundárias que são Jurisprudência, que “consiste no conjunto de decisões reiteradas de juízes e tribunais sobre determinada tese jurídica, revelando o mesmo entendimento, orientando-se pelo mesmo critério e concluindo do mesmo modo,” (BARROS, 2004, p. 203) e Doutrina que é a “interpretação de autores, juristas e escritores acerca de uma norma ou decisão jurídica” (BARROS, 2004, p. 204), também há outras fontes secundárias que estão a disposição dos consulentes como os: “costumes, a analogia, o princípios gerais do Direito e a equidade” (BARROS, 2004, p. 204) para subsidiar a pesquisa jurídica.

Para Moraes (1994, p. 219) “usuário da informação é todo indivíduo, grupo de comunidade favorecido com os serviços da biblioteca, sistema de informação ou centros de informação e documentação” e tratando do uso, os consulentes utilizam as informações de acordo com suas necessidades, na qual podemos citar: “informação seletiva, informação contextual e informação utilitária” (FERREIRA; MELO, 2006, não paginado), são tipologias que satisfazem a procura informacional do usuário, pois, estão distribuídos em três aspectos condizentes e bem segmentados. No bojo que um centro de informação jurídica precisa para desempenhar um bom papel de disseminador e democratizador do conhecimento.

A Biblioteca Jurídica que segundo Ferreira e Melo (2006, não paginado) “é aquela em que seu acervo é constituído de coleção de livros e outros documentos na área jurídica, fornecendo informação que seja útil para sua clientela” e tem no seu cerne facilitar o acesso a informação no segmento jurídico de maneira eficaz e proficiente.



Destarte, no que diz respeito ao acervo da biblioteca PRPA, o mesmo é composto de aproximadamente de quatro mil (4.000) documentos, abrangendo: livros, periódicos, dissertações, teses, multimeios (CD's e DVD's didáticos)², consta essencialmente a área jurídica, entretanto existem materiais em outros segmentos profissionais como: informática, administração, biblioteconomia, além de contar com o banco de dados Pergamum consistindo de um:

Sistema Integrado de Bibliotecas - está entre os principais *softwares* pagos disponíveis no mercado brasileiro. A Associação Paranaense de Cultura, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, é detentora dos direitos autorais e produtora deste *software*. Foi desenvolvido com o objetivo de gerenciar todos os serviços de uma biblioteca de pequeno, médio ou grande porte e implementado na arquitetura cliente/servidor, com interface gráfica, utilizando banco de dados relacional SQL. (ANZOLIN, 2009, p. 496.).

Está disponível para consulta do catálogo tanto na internet quanto na intranet da instituição. A Biblioteca disponibiliza: 5 (cinco) computadores, 1 (um) fichário nos moldes kardex³, para registro de periódicos e um catálogo disposto virtualmente para pesquisa no acervo.

No que compete as suas atividades, a Biblioteca funciona no horário de 12:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira. Tendo a sua localização na Rua Domingos Marreiros nº 690, entre 14 (quatorze) de Março e Avenida Generalíssimo Deodoro. O seu quadro de funcionários é composto de 3 (três) servidores da instituição e 2 (dois) estagiários do curso de Biblioteconomia, que estão distribuídos conforme o quadro abaixo:

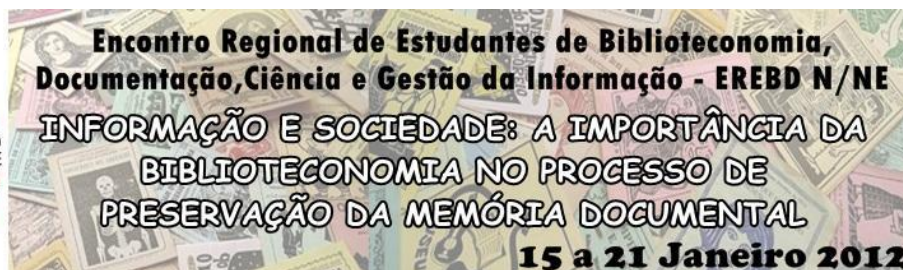
Quadro 1: Disposição de servidores e estagiários que atuam na biblioteca

Dois bibliotecários (sendo que um é Analista de Documentação – Nível Superior e um Técnico Administrativo – Nível Médio)
Uma técnica em Informática
Dois estagiários de Biblioteconomia

Fonte: Elaborado pelo autor, 2011

²O acervo comporta os materiais das Procuradorias Repúblicas Municipais (PRM's) no qual, esse material é catalogado na PRPA e enviados as PRM's, que são: Altamira, Marabá e Santarém.

³São fichas com um formato de 14,5cm x 20,5cm e podem ser arrumadas em ficheiros horizontais (Ficheiros Kardex) que facilitam a pesquisa posterior. Os modelos destas fichas variam segundo a periodicidade da publicação que pode ser: diária, semanal, quinzenal, bimensal, mensal, bimestral, trimestral, semestral, anual ou irregular. No caso de não haver possibilidade de adquirir um Ficheiro Kardex, pode sempre adaptar-se como alternativa, um ficheiro em dossiê.



Com referência aos principais objetivos da biblioteca PRPA, os mesmos consistem-se como mostra o quadro a seguir.

Quadro 2: Exposição no que tange aos objetivos a serem alcançado pela biblioteca

Realizar pesquisas bibliográficas para dar suporte às atividades dos Procuradores, Servidores, Protocolo de Cooperação, Estagiários de Direito e para o Público Externo
Promover a implantação de sistema de catalogação e classificação que permita pronta identificação e localização dos documentos de interesse
Manter constante contato com as Bibliotecas das Procuradorias nos Estados e entidades similares, com vistas ao intercâmbio de compra, doação de livros e periódicos
Coordenar e executar as ações de suporte às atividades da Procuradoria através de pesquisa, classificação, registro e divulgação do acervo jurídico

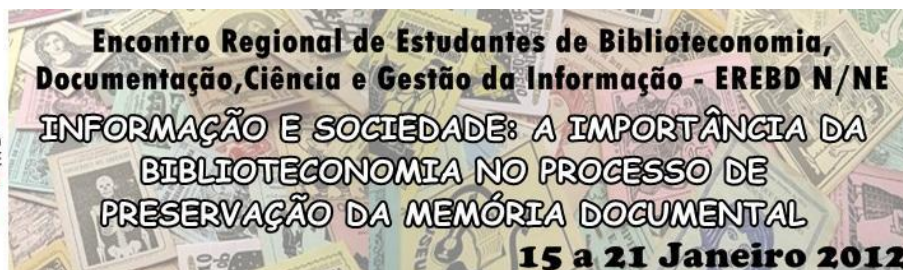
Fonte: Brasil ([2010a], não paginado)

Os objetivos descritos acima são praticados de maneira proficiente, pois, abrange atividades concernentes com as missões da instituição perante a sociedade paraense. Destarte, tendo como meta promover o atendimento aos Membros do MPF em suas necessidades de informação, de forma consistente e relevante e conseqüentemente em tempo hábil, sendo gerenciado de modo eficiente pelo seu respectivo bibliotecário jurídico e seus auxiliares.

3 TECNOLOGIAS A SERVIÇO PARA UMA PERSPECTIVA DE MELHORAMENTO NA QUALIDADE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS

Os recursos tecnológicos utilizados como ferramentas indispensáveis na execução de funções ligadas a questões referentes a otimização dos serviços biblioteconômicos, são imprescindíveis no dia-dia do profissional da informação, para o mesmo realizar seus trabalhos da melhor forma possível e como resultado disponibilizar a seus usuários uma contínua e eficiente trabalho de facilitação da informação.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) na visão de Castells (1999) são a união integrada de recursos de ponta, envolvendo, sobretudo a eletrônica atrelada à computação, usadas com o objetivo de facilitar/incrementar o processo comunicacional e, por extensão, a produção acadêmica, a fim de gerar mais conhecimento científico para a humanidade.



O fator de produção com relação ao uso das TIC's possibilita que o bibliotecário torne-se um conhecedor exímio das fontes de informações disponibilizadas na internet, pois, dependendo da UI aonde exerce a profissão, como por exemplos bibliotecas especializadas, universitárias que requerem mais competência na questão da recuperação da informação para o consulente.

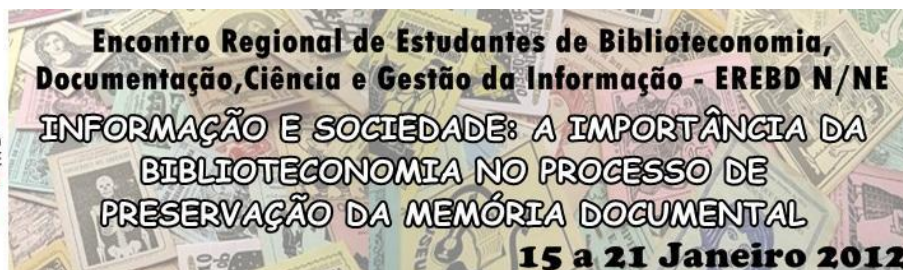
As tecnologias segundo Marchiori (2002, p. 77) são “[...] um meio para um fim, isto é uma ferramenta que auxilia os especialistas – em especial os da informação – a atingir seus propósitos e objetivos”, com o propósito de propiciar uma gama maior de possibilidades para a obtenção de informações e conseqüentemente ocasiona proporções vantajosas de opções para a geração de conhecimento com alto grau de qualidade.

Todo esse aparato tecnológico traz inúmeros benefícios na atuação do bibliotecário frente a uma gestão com melhor competência na unidade informacional do qual o profissional da informação está inserido para exercer a sua função de gestor, para Rosetti e Morales (1998, p. 24) essa revolução tecnológica que:

[...] envolve o mundo, as organizações e as pessoas atingem praticamente todas as atividades e favorece a veiculação livre e rápida de grande volume de informações por diversos meios, principalmente pela Internet. A rapidez de evolução nessa área ocorreu em vista da necessidade de tecnologias padronizadas e eficientes na melhoria da qualidade dos processos e de modelos práticos e ágeis.

Tendo em vista o insumo que gera na atuação do bibliotecário jurídico que é o “profissional que facilita o acesso à informação jurídica de forma ágil e eficiente” (PASSOS, 2001, não paginado), com responsabilidade de propiciar aos seus usuários, um melhor condicionamento na busca pelas informações, a globalização da internet vem acarretar de maneira incisiva no trabalho de tratamento, organização e disseminação da informação com um alto fator de impacto no seu rendimento profissional, pois, “[...] a informática representou uma grande aliada na organização e recuperação da informação jurídica” (PASSOS; BARROS, 2009, p. 103), sendo de suma importância o seu uso correto e competente.

A internet é uma grande aliada para o bibliotecário, no que concerne a praticidade que a mesma oferece para o melhoramento da atuação profissional do bibliotecário, pois, o seu advento:



[...] trouxe inúmeras mudanças nas atribuições do profissional da informação, hoje é notório afirmarmos que o oferecimento de produtos como bases de dados, sites e notícias da área jurídica podem ser facilmente acessados na *web*. Deste modo o papel deste profissional será o de produzir, orientar e pesquisar informações para quem as necessita. (PAIVA; POTTER, 2011, não paginado).

Para Passos (1999, p. 4) um bibliotecário jurídico deve sempre atuar de maneira pró-ativa, segura e com habilidades para transmitir a seus usuários informações necessárias com o intuito de satisfazer o seu consultante de maneira uniforme e para isso precisa.

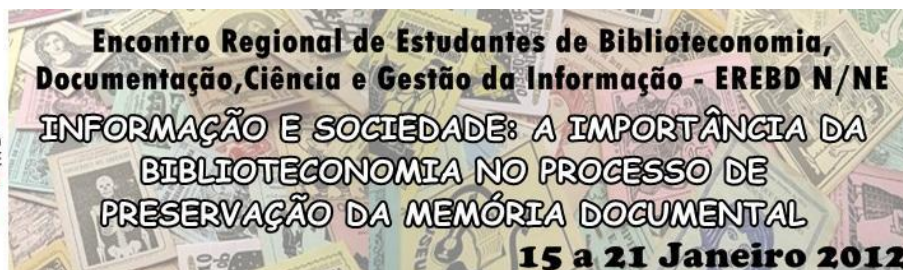
Demonstrar forte compromisso com a excelência do serviço ao usuário; reconhecer os interesses do usuário; demonstrar conhecimento do sistema legal e da profissão jurídica; entender o contexto sócio, econômico e político em que o sistema legal existe; demonstrar conhecimento da teoria da Ciência da Informação e do ciclo documentário; demonstrar compromisso com o trabalho em grupo para alcançar objetivos comuns [...] criar instrumentos de pesquisa e bibliografias em Direito e controlar as tendências em área específicas do Direito.

Nas organizações de cunho jurídico, a administração do conteúdo informacional é realizada por juristas e profissionais da informação em parceria, podendo ser uma missão bastante qualificada e satisfatória para ambos, e o constante aprendizado jurídico objetivando assim um resultado positivo no contexto da atuação profissional no ramo do Direito.

4 SERVIÇOS, PRODUTOS E PROJETOS DISPONIBILIZADOS PELA BIBLIOTECA

Com o intuito de oferecer aos seus usuários reais e potenciais praticidade, democratização, disseminação da informação atrelada às ferramentas tecnológicas dispostas para a oferta de serviços, a UI da PRPA oferece aos seus consultantes uma disponibilização informacional condizente com a missão da instituição que é fornecer a informação de forma eficaz e democrática em virtude do que trata a Constituição da República Federativa do Brasil.

No que diz respeito a sua principal atribuição que é “dar suporte à pesquisa e disponibilizar o acervo bibliográfico aos procuradores, servidores e estagiários da PRPA, e ainda aos membros de instituições vinculadas a protocolo de cooperação técnica”. (BRASIL, [2010b], não paginado), a biblioteca PRPA oferta aos seus consultantes a máxima facilitação de acesso informacional no que se refere à praticidade e usabilidade do seu acervo.



Dentre os serviços disponíveis aos usuários consta-se a pesquisa na Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA) que tem como missão “dar legalidade aos atos do registro público de empresa mercantil e disponibilizar informações mercantis à sociedade em seus diversos níveis” (BELÉM, [2011], não paginado), que consiste em fazer um levantamento das empresas registradas, tais como CNPJ, endereço, quadro secretário e ramo de atividade tendo em vista a ser a lei está sendo aplicada do modo concernente.

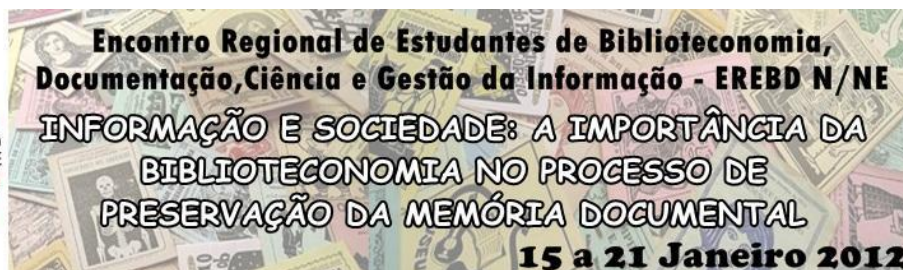
Outro serviço de suma importância prestada pela biblioteca consiste na realização de pesquisa especializada em jurisprudência, legislação e doutrina feita em bases de dados jurídicas, nacionais e internacionais e em periódicos especializados dirigida aos procuradores da república realizados pelo bibliotecário jurídico da instituição, com o intuito de fornecer subsídios teóricos quanto no embasamento de causas defendidas pelos procuradores, para que os mesmos possam ter êxitos nas suas proposições quando defendem um causa importante para benefício da sociedade, este trabalho é realizado pelo Analista de Biblioteconomia Lucivaldo Vasconcelos Barros.⁴

Quanto a formação do acervo, é realizado um levantamento no que diz respeito a doutrina, no tocante da sua respectiva temática abordada como por exemplo (Direito Constitucional, Direito Administrativo, etc.), com o objetivo de colocar a disposição materiais informativos relevantes e atuais para ajudar os usuários na realização de suas pesquisas.

Em termos de consultoria, a biblioteca a biblioteca assina periódicos que dão direito a esse serviço oferecido pelas empresas Nova Dimensão Jurídica (NDJ) e Fórum Administrativo, tendo a biblioteca a responsabilidade de encaminhar as consultas formuladas. Trata-se de uma consultoria de orientação em direito administrativo prestado por profissionais especialmente designados para essa finalidade, com a supervisão/colaboração de renomados juristas.

Outro serviço desenvolvido diz respeito à Disseminação Seletiva da Informação (DSI) que segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p. 130) trata-se da:

⁴Possui doutorado e mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UNB), com pesquisa na área do Direito à Informação. É professor adjunto da UFPA, vinculado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Biblioteconomia, onde ministra disciplinas na graduação e na pós-graduação. Exerce o cargo de Analista de Documentação na Procuradoria da República no Estado do Pará. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia e Bacharel em Biblioteconomia pela UFPA, com pós-graduação em Administração de Unidades de Informação.



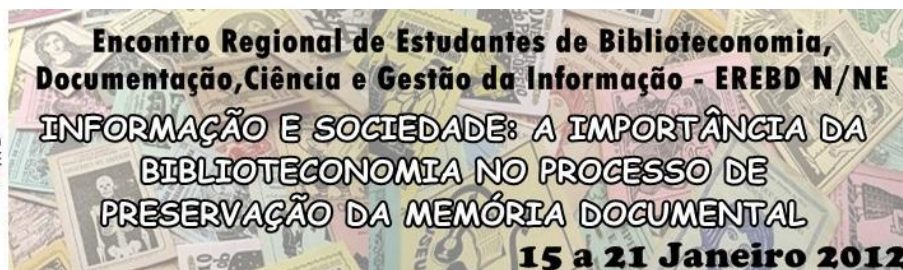
Difusão automática, selecionada, permanente e personalizada de informações correntes, relativas a assuntos específicos. A divulgação pode ser por meio de índices, resumos, boletins, cópias de sumários e outros documentos semelhantes; divulgação seletiva da informação, notificação seletiva, perfil do usuário, serviço de alerta.

No seu cerne, a DSI traz grandes benefícios aos usuários, pois, consta de um serviço específico aos consulentes que trabalham em áreas diversificadas, afim de atingir cada usuários de maneira eficaz e personalizada e o que diz respeito a contemporaneidade a mesma torna-se atualmente “[...] com o aumento da demanda de informação e com crescimento da tecnologia, um importante instrumento para o processo de gestão do conhecimento nas organizações, sendo utilizada como uma ferramenta que oferece ao usuário praticidade e agilidade” (EIRÃO, 2009, p. 23), com o objetivo de obtenção da informação atualizada na área de interesse do usuário.

No que compete disponibilizar aos integrantes do MPF livros e outros materiais disponíveis na biblioteca que são de interesse na sua área de atuação, principalmente na área jurídica. O processo é feito da seguinte forma, os livros são selecionados por assuntos, depois é feito uma busca na internet da capa do material juntamente com o sumário e para finalizar é feito através de e-mail a transmissão das informações aos servidores da instituição de acordo com seu *metier* profissional.

O Informe Biblioteca é um produto ofertado, pois, trata-se de uma publicação eletrônica quinzenal da equipe da Biblioteca PRPA, editada há oito (8) anos e veiculada na Intranet e Internet da PRPA, no qual cada publicação é enviada a todos os funcionários da instituição por meio de e-mail institucional. As principais seções constam-se em:

- a) **Livros/ Folhetos/ Monografias** – Referência dos títulos novos da Biblioteca, nesse segmento – os adquiridos por compra e os recebidos por doação;
- b) **Periódicos** – Sumário dos periódicos recebidos – os adquiridos por assinatura ou os exemplares avulsos, recebidos por doação;
- c) **Materiais Especiais** – Referência das doações e aquisições de novos materiais da Biblioteca: CD's, DVD's, CD-ROM's, mapas, etc..
- d) **Atividades da Biblioteca** – Gráficos das estatísticas mensais: total de itens emprestados, usuários que mais emprestaram itens na Biblioteca e livros mais emprestados.
- e) **Atos Publicados** – Coletânea das normativas do Ministério Público da União (MPU) Procuradoria Geral da República (PGR) e PRPA – editais, portarias, licitações e da legislação federal e estadual (leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias) publicada nos Diários Oficiais da União (DOU) e do Diário Oficial do Estado (DOE) durante a quinzena. (INFORME..., 2010, não paginado, grifo nosso).



Este trabalho desenvolvido ajuda no marketing e visibilidade da biblioteca, porque, os usuários ficam cientes das novidades adquiridas pela UI durante o período quinzenal de cada mês.

Quanto ao quesito projetos a biblioteca dispõe o Projeto de Acervo Mínimo em Braille e em Meios Digitais, que trata de uma iniciativa da Procuradoria da República em assegurar para pessoas quem tem grande dificuldade de enxergar, ou totalmente cegas para “assegurar a essas pessoas, de modo igualitário e efetivo, o direito à informação, formação e a conscientização de suas garantias constitucionais” (BRASIL, [2010c], não paginado).

Com referências as ações que o projeto está proporcionando aos seus usuários portadores de necessidades:

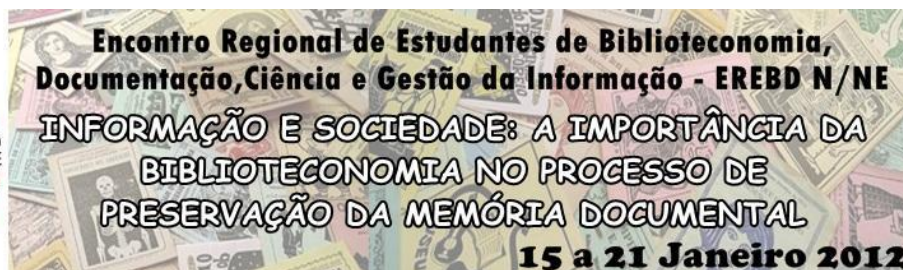
Além da Cartilha, a Biblioteca da Procuradoria da República no Pará conta com as edições em Braille da Constituição Federal e Constituição do Pará, Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto do Idoso, Lei de Acessibilidade da Pessoa Portadora de Deficiência, Lei Maria da Penha, Código de Defesa do Consumidor, Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa, bem como publicações do Instituto Benjamin Constant (RJ) e Ministério Público do Estado de Pernambuco. O acervo também ganhou Livros Digitais Acessíveis (LIDA) sobre temas variados da área do direito. (BRASIL, [2010c], não paginado).

Outro projeto disposto é o Livro Leve e Solto que “cria áreas de livre circulação de livros, na perspectiva de um intercâmbio contínuo das publicações – inicialmente entre o público interno da Procuradoria da República no Pará, para, numa etapa posterior, expandir também para o público externo” (LIVRO..., 2011, não paginado) inspirado no *Bookcrossing*⁵ depois de realizarem suas leituras, os usuários podem incluir seus comentários a respeito das obras no *site*⁶ e depois devolver ao local que foi retirado o livro, o projeto tem o objetivo de incentivar a leitura e proporcionar mais cultura aos integrantes da instituição.

Os serviços, projetos e produtos estão voltados para atender os funcionários que trabalham no MPF Pará e propor entretenimento com livros clássicos da literatura brasileira e estrangeira.

⁵O conceito de *BookCrossing* surgiu nos Estados Unidos da América e, num sentido lato, pode ser definido como a prática de deixar um livro num local público, para que outros o encontrem, o leiam, o voltem a libertar e assim sucessivamente.

⁶www.bookcrossing.com



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sua conjectura, o MPF trabalha em virtude da democratização e facilitação ao acesso da informação aos seus usuários, tornando-os os mais acessíveis possíveis, trazendo vantagens no que diz respeito ao uso da biblioteca jurídica de maneira eficaz e qualificada.

O trabalho teve como enfoque resgatar a importância dessa UI, no que diz respeito o acesso e a democratização da informação, para evidenciar o quanto a mesma evoluiu desde a sua institucionalização, referente aos serviços e produtos oferecidos aos seus consulentes e como apresentou progresso por meio da utilização das TIC's no seu insumo, contribuindo de forma veemente no melhoramento de sua estrutura organizacional e atendimento aos usuários.

No seu cerne a evolução da referida biblioteca na questão de serviços, projetos e produtos desenvolvidos e no atendimento, propicia aos seus consulentes fontes de informações atualizadas no que diz respeito a legislação, doutrina e jurisprudência, assinaturas de periódicos relevantes para a área do Direito, com o auxílio das TIC's para satisfazerem informacionalmente os seus usuários de maneira ágil e competente.

REFERÊNCIAS

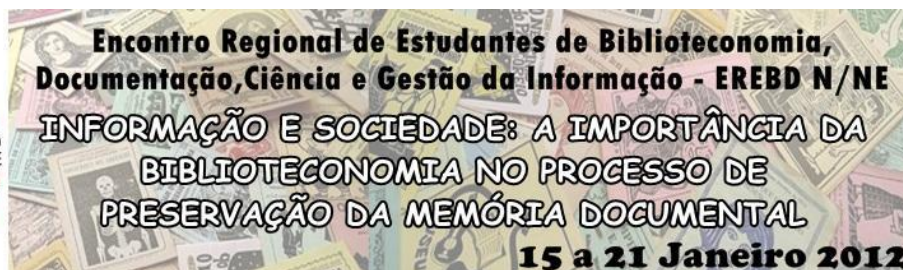
ABREU, Anna Maria Freire Cunha de; SANDOVAL, Elza Maria da Silva. **Metodologia de ordenação do acervo jurídico**. São Paulo: Publishop, 1991.

ANZOLIN, Heloísa Helena. Rede Pergamum: história, evolução e perspectivas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 493-512, jul./dez., 2009. Disponível em: <http://www.revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/viewFile/640/pdf_9>. Acesso em: 5 maio 2011.

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. Fontes de Informação Jurídica. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação Jurídica: teoria e prática**. Brasília, DF: Thesaurus, 2004.

BELÉM. Junta Comercial do Estado do Pará. **O que fazemos (missão)**. Belém: [S.n], [2011]. Disponível em: <http://www.jucepa.pa.gov.br/sn_default.asp>. Acesso em: 27 nov. 2011.

BRASIL. (Constituição 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. 27. ed. São Paulo: NDJ, 2009.



BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Pará. **Procuradoria da República no Pará**: atuação. Belém, [2010a]. Disponível em: <<http://www.prpa.mpf.gov.br/setorial/biblioteca/institucional/prpa/atuacao>>. Acesso em: 10 maio 2011.

_____. _____. _____. **Biblioteca**. Belém, [2010b]. Disponível em: <<http://www.prpa.mpf.gov.br/setorial/biblioteca>>. Acesso em: 15 maio 2011.

_____. _____. _____. **Projeto Acervo Jurídico Mínimo em Braille e em Meios Digitais**. Belém, [2010c]. Disponível em: <<http://www.prpa.mpf.gov.br/setorial/biblioteca/projeto-acervo-braille-meios-digitais>>. Acesso em: 25 maio 2011.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

EIRÃO, Thiago Gomes. Disseminação Seletiva da Informação: uma abordagem. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, p. 20-29, jul./dez., 2009. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/sbu_rci/article/view/412/276>. Acesso em: 15 abr. 2011.

FERREIRA, Patrícia Helena do Egipto Lucena; MELO, Denise Gomes Pereira de. Biblioteca da Procuradoria da República no Estado da Paraíba: um espaço aglutinador de informação jurídica **Biblionline**, João Pessoa, v. 2, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/557/401>>. Acesso em: 5 jun. 2011.

INFORME biblioteca PRPA. Belém: [S.n], 2010.

LIVRO leve e solto. Belém: [S.n], 2011.

MARCHIORI, Patrícia Zeni. A ciência e gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 72-79, maio/ago., 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31/n2/12910.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

MORAES, Cláudio. Usuário de Bibliotecas: informação x cidadão comum. **Revista Biblios**, Rio Grande do Norte, v. 5, n. 2, p. 219-223, jan./jun., 1994.



OLIVEIRA, Adriana Carla Silva de. Informação Jurídica: o desafio do atendimento na era virtual. In: SEMINÁRIO DE INFORMAÇÃO JURÍDICA, 2., 2006, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife, 2006. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/adriana-carla.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2011.

PAIVA, Rodrigo Oliveira de; POTTER, Suelem Gadelha. O bibliotecário jurídico na contemporaneidade. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 14., 2011. São Luis. **Anais eletrônicos...** São Luis: Edufma, 2011. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/O%20BIBLIOTECÁRIO%20JURÍDICO%20NA%20CONTEMPORANEIDADE.pdf>>. Acesso em: 1 jul. 2011.

PASSOS, Edilenice. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, Brasília,DF, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez., 1994.

_____. Bibliotecário Jurídico: seu papel, seu perfil. In: SEMINÁRIO DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA, 3., 2001, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/perfilbibjuridico.htm>>. Acesso em: 23 maio 2011.

PASSOS, Edilenice ; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília,DF: Briquet de Lemos, 2009.

_____; _____. Bibliotecário jurídico. **Revista Forense**, Rio de Janeiro, v. 400, p. 1-37, jan./mar., 1999.

ROSSETTI, Adroaldo; MORALES, Aran Bey. O papel da tecnologia da informação na gestão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília,DF, v. 27, n. 2, p. 124-135, jul./ago., 1998. Disponível em: <<http://www.revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/795>>. Acesso em: 27 abr. 2011.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 28. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2007.